

Carta esbarrará na reforma agrária

Empresa nacional não tem acordo e Ordem Econômica será difícil

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

A votação do Título da Ordem Econômica que deverá começar ainda este mês poderá impor novos atrasos nos trabalhos constitucionais. A previsão é dos parlamentares Fernando Santana (PCB-BA) e José Egreja (PTB-SP). Integrantes da subcomissão da Reforma Agrária, um dos temas polêmicos da Ordem Econômica, os dois constituintes temem que a dificuldade de mobilização dos políticos possa emperrar as votações que, por falta de consenso, terão que ser decididas no plenário.

Egreja acredita, também, que o esvaziamento do grupo do Centrão que detinha mais de 300 participantes contribuirá para dificultar ainda mais as votações do Título da Ordem Econômica. O deputado paulista está convencido de que o grupo não existe mais e identificou as razões: pouca assiduidade nas votações em Plenário e a proximidade das eleições municipais que reterão os parlamentares em suas bases eleitorais.

QUORUM

Pelo regimento interno da Constituinte, as maté-

rias constitucionais necessitam de 280 votos para serem aprovadas. Mas com o baixo quorum que tem se verificado nas últimas sessões da Assembléia, as matérias mais polêmicas, como o conceito de empresa nacional e reforma agrária, só ser-ão votadas com muita dificuldade, caso não seja possível se costurar um acordo prévio entre as lideranças partidárias.

Na tentativa de contornar as divergências políticas existentes nas matérias que constam da Ordem Econômica, dentre elas, a questão da nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, alguns constituintes apostam na obtenção de um acordo partidário antes que o assunto vá a Plenário.

Sob a coordenação do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), na quarta-feira, dia 20, haverá uma reunião para se tentar fundir as emendas que tratam desse assunto. No entanto, as posições são antagônicas. Alguns parlamentares defendem a cartelização integral da distribuição dos derivados de petróleo, sob a capa de nacionalização, que atenderia algu-

mas empresas privadas. Outros acham que as empresas estrangeiras, que já operam há anos nesse setor, não podem ser excluídas. O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), resumindo o que parece ser a posição da maioria, tem outro ponto de vista. Em sua opinião, a matéria não é constitucional e, portanto, deve ficar fora do texto da nova Carta.

Apesar de terem obtido um acordo durante as votações da Comissão de Sistematização, a questão da reforma agrária ainda divide os constituintes.

Segundo o último projeto do relator, Bernardo Cabral, a função social da terra está vinculada ao direito da propriedade e não ao seu uso. Os parlamentares ligados ao setor agropecuário exigem mudanças, sob a argumentação de que o direito de propriedade é intocável e não pode ser submetido aos critérios que definirão a função social da terra.

Os parlamentares que defendem os interesses dos trabalhadores sem terra não concordam com a introdução de mudanças no texto da Sistematização e garantem que o acordo obtido na Sistematização vigorará também nas votações do primeiro turno da Constituinte. Segundo o deputado Fernando Sant'Anna (PCB-BA), a questão já foi decidida e a função social deve ficar vinculada ao direito da propriedade rural.

No conceito de empresa nacional, o antagonismo das posições dos constituintes também permanece, mesmo após os acertos feitos durante a fase dos trabalhos constitucionais da Sistematização.

O senador Severo Gomes, que foi o relator da subcomissão de Princípios Gerais onde a matéria começou a ser discutida, já iniciou uma nova rodada de negociações com os integrantes do Centrão, a fim de buscar um consenso entre as 14 emendas apresentadas sobre o assunto.

Para os constituintes liberais, o conceito de empresa nacional não deve discriminar o capital estrangeiro, sob pena de o País vir a ser prejudicado por excesso de xenofobia por parte da Assembléia. No entanto, há quem defenda um conceito rígido para a empresa nacional, com o intuito de preservar o capital nacional de uma concorrência maléfica com as empresas multinacionais.

Senador vem tomar posse de alpargata

Recife — O mais novo constituinte e senador por Pernambuco, Ney Maranhão, informou ontem que tomará posse perante a Mesa do Senado na próxima terça-feira sem abdicar de seu calçado tradicional: um par de alpargatas de couro cru, do qual só se separa para dormir e tomar banho. Ele só pretendia assumir sua cadeira de senador depois da missa de sétimo dia do antigo titular Antônio Farias, que morreu na última quarta-feira em Brasília, mas foi convencido pelo deputado Maurício Ferreira Lima, do PMDB, a antecipá-la devido à votação do sistema tributário na Constituinte, no mesmo dia.

O jeito rude de falar, a maneira simplória de se vestir e o par de alpargatas de couro constituem a marca registrada do novo senador pernambucano, de 60 anos, que tem pela frente seis anos e meio de mandato. Apesar de ter sido prefeito do município de Moreno, deputado federal em quatro legislaturas, com várias viagens ao Exterior, e suplente de senador na última eleição, ele jamais se dobrou às exigências de qualquer protocolo ou cerimonial para apresentar-se trajado a rigor. Admite usar paletó mas sapato, jamais.

Ex-deputado petebista, cassado em 69, anistado em 79, Ney Maranhão pertence ao mesmo partido que era liderado pelo ex-senador Antônio Farias: o Partido Municipalista Brasileiro (PMB), na prática uma sublegenda do PMDB em Pernambuco. Ele comunicou ontem ao governador Miguel Arraes e ao prefeito Jarbas Vasconcelos que no Senado permanecerá fiel aos compromissos assumidos pela Frente Popular de Pernambuco e votará pelos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney.



Serra: defesa das alquotas flexíveis

Impostos abrem novo confronto

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

Apesar de ter se envolvido durante esta semana com a votação de uma matéria excessivamente técnica — a tributação e do orçamento — o plenário da Constituinte exerceu seu poder de decisão a partir de debates que esqueceram o tecnicismo para demonstrar, a nível político, mais um confronto com o Palácio do Planalto. Está em jogo uma reforma tributária que pode acabar definitivamente com a conhecida dependência de prefeitos e governadores que recorrem ao Poder Executivo, de "pires na mão", para angariar recursos destinados aos seus Municípios e Estados. O Governo acha que deve continuar como "caixa de socorro" para atender às regiões pobres e alega que o texto constitucional irá privilegiar as regiões ricas.

Nem as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste concordam com a tese do Governo de que seus estados sairiam perdendo, se aprovada a reforma tributária proposta tanto no projeto da Comissão de Sistematização quanto no texto do Centrão. E foi para garantir a aprovação de parte do substitutivo, já acordado entre as lideranças partidárias, que essas bancadas promoveram sexta-feira o adiamento da votação de um adicional de cinco por cento sobre o imposto de renda pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos Estados e no Distrito Federal.

O caixa do Governo federal começou a ser esvaziado a partir do momento em que o plenário rejeitou uma emenda do deputado José Lourenço (PFL/BA), propondo restabelecer à União a competência para instituir impostos sobre lubrificantes, combustíveis e minerais. Apenas 57, dos 361 constituintes presentes votaram a favor da emenda. A mesma resposta foi dada na votação seguinte, para proposta do deputado Christóvam Chiaradia (PFL/MG), buscando devolver à União a arrecadação de imposto sobre energia elétrica.

Com estas rejeições e a definição da seção do texto constitucional que trata dos impostos da União, ficou criado um novo sistema de tributação considerado pelo deputado José Serra (PMDB/SP) como "a maior inovação" de todo o título da matéria. O ICM ampliado, que passa a se chamar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com alquotas flexíveis que irão

beneficiar tanto o setor empresarial quanto o consumidor e contribuinte, representa a vitória dos tributaristas na Constituinte.

O novo sistema prevê a integração, dentro do ICM, dos cinco impostos federais que são arrecadados pela União: sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, comunicações, minerais e transportes. Eles passam, a partir da promulgação da Constituição, a serem recolhidos pelos Estados e Municípios, que poderão também aplicar o total arrecadado em setores diversos e não somente vinculados às áreas em que incide a arrecadação.

A União deixa de recolher impostos únicos sobre estes setores, mas fica com a competência de taxar a importação de produtos estrangeiros; a exportação de produtos nacionais e nacionalizados; a renda e os proventos; os produtos industrializados; as operações de crédito, câmbio e seguro; a propriedade territorial rural e as grandes fortunas, nos termos definidos em lei complementar.

As decisões sobre a reforma tributária só aconteceram na sessão de quinta-feira, pois no começo da semana a Constituinte ainda teve que resolver matérias pendentes da semana anterior, do título do Poder Judiciário. Depois de enfrentar a pressão dos procuradores interessados na definição do Ministério Público, a Assembléia conseguiu aprovar mudanças neste setor na terça-feira, após uma reunião de lideranças na véspera que durou das 17 às 23h.

O Ministério Público teve suas funções divididas em duas novas instituições, a Procuradoria Geral da União e a Advocacia Geral da União, que passarão a representar, respectivamente, os direitos gerais da sociedade e os interesses da União nos tribunais. Ficou definido ainda o papel das Forças Armadas, subordinadas à autoridade do presidente da República, e encarregadas da defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, por iniciativa de um dos três poderes.

Só na quarta-feira foi iniciada a votação do título da tributação e do orçamento. O plenário, neste dia, chegou a votar, ressaltando os destaque, apenas o capítulo do Sistema Tributário, do Centrão, que serve de texto-base às votações. Após esta decisão, a sessão foi encerrada por causa da morte do senador Antônio Farias, (PE), que era o único representante do Partido Municipalista Brasileiro na Constituinte.



Fernando Santana: Carta pode demorar muito